

**INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE
SOCIAL**

**ANO DE
2016**

DENOMINAÇÃO: CENTROP SOCIAL DE S. MIGUEL DE ARCOZELO

MORADA: Avenida da Igreja, 279/281

LOCALIDADE: Arcozelo

FREGUESIA: Arcozelo

CONCELHO: Vila Nova de Gaia

COD. POSTAL: 4410-411



(O Contabilista Certificado)

A DIREÇÃO:

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA: Arcozelo _____, _____

Arcozelo _____, _____

ASSINATURAS:

ASSINATURA DO PRESIDENTE

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2016	31 DEZ 2015
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	67 443,72	60 218,68
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis	6	0,00	0,00
Investimentos financeiros	7	136,23	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		67 579,95	60 218,68
Activo corrente			
Inventários	8	162,73	127,11
Créditos a Receber	13.1	13 412,12	8 390,81
Estado e outros entes públicos	13.7	4 198,74	3 115,82
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	13.15	5 132,00	2 536,00
Diferimentos	13.3	1 823,58	1 850,80
Outros ativos correntes	13.2	1 200,93	4 994,54
Caixa e depósitos bancários	13.4	126 490,10	112 948,27
		152 420,20	133 963,35
Total do ativo		220 000,15	194 182,03
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	13.5	118 629,53	118 629,53
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	13.5	-27 085,09	-36 728,66
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	13.5	38 671,74	38 671,74
		130 216,18	120 572,61
Resultado líquido do período		-14 833,32	9 643,57
Total dos fundos patrimoniais		115 382,86	130 216,18
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	13.14	0,00	3 262,65
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		0,00	3 262,65
Passivo corrente			
Fornecedores	13.6	17 590,95	15 967,96
Estado e outros entes públicos	13.7	6 524,17	4 786,04
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	13.14	591,67	0,00
Diferimentos	13.3	20 000,00	1 763,66
Outros passivos correntes	13..8	59 910,50	38 185,54
		104 617,29	60 703,20
Total do passivo		104 617,29	63 965,85
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		220 000,15	194 182,03

A Direção

Contabilista Certificado

Centro Social S. Miguel de ARCOZELO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Contribuinte: 505 932 270

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	9	220.705,71	198.129,90
Subsídios, doações e legados à exploração	10 e 13.9	218.761,29	220.809,99
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-6.417,43	-20.480,96
Fornecimentos e serviços externos	13.10	-143.308,82	-115.491,42
Gastos com o pessoal	11	-304.047,06	-263.392,53
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	13.11	8.795,34	82,44
Outros gastos	13.12	-641,64	-1.546,85
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-6.152,61	18.110,57
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	-8.586,79	-8.290,91
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-14.739,40	9.819,66
De financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	13.13	-93,92	-176,09
Resultados antes de impostos		-14.833,32	9.643,57
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-14.833,32	9.643,57

A Direção

Contabilista Certificado

Centro Social S. Miguel de ARCOZELO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes e Utentes		207 466,58	191 592,74
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	-100,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-142 174,68	-149 399,88
Pagamentos ao pessoal		-199 333,85	-182 492,12
Caixa gerada pelas operações		-134 041,95	-140 399,26
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		153 140,96	136 245,69
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		19 099,01	-4 153,57
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-3 452,14	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		-106,83	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	53,04
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-3 558,97	53,04
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	2 056,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-2 670,98	-2 798,73
Juros e gastos similares		-138,55	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-2 809,53	-742,73
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		12 730,51	-4 843,26
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		112 948,27	117 791,53
Caixa e seus equivalentes no fim do período		126 490,10	112 948,27

A Direção

Contabilista Certificado

Entidade: Centro Social S. Miguel de ARCOZELO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Contribuinte: 505 932 270

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	SAD	Centro Convívio	Centro Dia	ERPI	PERÍODOS	
						2016	2015
Vendas e serviços prestados		48 654,36	12 935,47	87 265,49	71 850,39	220 705,71	198 129,90
Custo das vendas e dos serviços prestados		-116 704,89	-32 479,17	-114 399,22	-113 163,11	-376 746,39	-322 075,78
Resultado Bruto		-68 050,53	-19 543,70	-27 133,73	-41 312,72	-156 040,68	-123 945,88
Outros Rendimentos		109 266,86	9 220,18	52 678,07	56 391,52	227 556,63	220 892,43
Transportes de mercadorias		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gastos administrativos		-16 144,67	-9 012,26	-30 665,51	-29 791,27	-85 613,71	-85 580,04
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Gastos		-160,42	-160,41	-160,41	-160,40	-641,64	-1 546,85
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		24 911,24	-19 496,19	-5 281,58	-14 872,87	-14 739,40	9 819,66
Gastos de financiamento (líquidos)		-23,53	-23,50	-23,50	-23,39	-93,92	-176,09
Resultado antes de impostos		24 887,71	-19 519,69	-5 305,08	-14 896,26	-14 833,32	9 643,57
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período		24 887,71	-19 519,69	-5 305,08	-14 896,26	-14 833,32	9 643,57

A Direção

Contabilista Certificado

**CENTRO SOCIAL S. MIGUEL DE
ARCOZELO**

Anexo às Demonstrações Financeiras

2016

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	5
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	8
5	Ativos Fixos Tangíveis	9
6	Ativos Intangíveis	9
7	Investimentos Financeiros	10
8	Inventários	10
9	Rédito.....	11
10	Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	11
11	Benefícios dos empregados	11
12	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	12
13	Outras Informações	12
13.1	Créditos a receber.....	12
13.2	Outros ativos correntes	12
13.3	Diferimentos	13
13.4	Caixa e Depósitos Bancários	13
13.5	Fundos Patrimoniais	13
13.6	Fornecedores	13
13.7	Estado e Outros Entes Públicos	14
13.8	Outros passivos correntes	14
13.9	Subsídios, doações e legados à exploração	14
13.10	Fornecimentos e serviços externos	15
13.11	Outros rendimentos.....	15
13.12	Outros gastos	15
13.13	Resultados Financeiros	16
13.14	Financiamentos Obtidos	16
13.15	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	16
13.17	Outras.....	17
13.16	Acontecimentos após data de Balanço.....	17

1 Identificação da Entidade

O CENTRO SOCIAL S. MIGUEL DE ARCOZELO é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “IPSS” com estatutos publicados no Diário da República, Série III, nº109 de 12 de Maio de 2003 e com registo definitivo de alteração dos Estatutos da Instituição de acordo com a portaria 139/2007, de 29 de janeiro, publicado no Portal da Justiça em 30/11/2016.

Tem sede na Avenida da Igreja, 279-281, Arcozelo, Vila Nova de Gaia.

Desenvolve como atividade principal a ação social. Secundariamente, desenvolve atividades de carácter desportivo, cultural e recreativo.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2016 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este

pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes das demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao

longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	6 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Equipamento Informático	5 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	6 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e valor líquido contabilístico na data de

alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração de Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3 anos

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil.

3.2.3 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Relativamente às entidades que apliquem o regime consignado no SNC-ESNL as entregas mensais para o FCT, efetuadas pela entidade empregadora, devem ser reconhecidas como um ativo financeiro dessa entidade, mensurado ao custo.

O registo contabilístico do ativo financeiro referido será efetuado na conta “415 – Outros investimentos financeiros” e a eventual valorização gerada pelas aplicações financeiras dos valores do FCT será reconhecida como rendimento na data em que ocorrer o reembolso à entidade empregadora.

3.2.4 Inventários

Os "Inventários" estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados ou membros, que se encontrem com saldo no final do período, se tenham vencido, e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a receber

Os "Créditos Receber" encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontrem reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos correntes

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.7 Impostos Sobre o Rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

- a) Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.
- b) As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.
- c) As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2015	Adições	Abate	31-12-2016
Terrenos e Recursos Naturais	9 667,94			9 667,94
Edifícios e Outras Construções	29 003,80			29 003,80
Equipamento Básico	52 370,39	2 835,07		55 205,46
Equipamento de Transporte	81 616,98	12 976,76		94 593,74
Equipamento Administrativo	20 314,58			20 314,58
Outros Activos Fixos Tangíveis	1 988,50			1 988,50
Activo Tangível Bruto	194 962,19	15 811,83	0,00	210 774,02
Depreciações Acumuladas				
Edifícios e Outras Construções	5 220,72	580,08		5 800,80
Equipamento Básico	42 492,15	2 452,36		44 944,51
Equipamento de Transporte	66 009,83	5 269,40		71 279,23
Equipamento Administrativo	19 032,31	284,95		19 317,26
Outros Activos Fixos Tangíveis	1 988,50			1 988,50
Depreciações Acumuladas	134 743,51	8 586,79	0,00	143 330,30
Activo Tangível Líquido	60 218,68	7 225,04	0,00	67 443,72

6 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2015	Adições	Abate	31-12-2016
Programas de Computador	5 583,91			5 583,91
Ativo Intangível Bruto	5 583,91	0,00	0,00	5 583,91
Depreciações Acumuladas				
Programas de Computador	5 583,91	0,00	0,00	5 583,91
Depreciações Acumuladas	5 583,91	0,00	0,00	5 583,91
Ativo Intangível Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00

7 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2016	2015
Outros Investimentos Financeiros		
FCT	136,23	0,00
Total	136,23	0,00

8 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Rubricas	31-12-2016	31-12-2015
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	162,73	127,11
Total	162,73	127,11

No que concerne à quantia de “Inventários” de géneros alimentares reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, detalham-se conforme segue:

Movimentos	2016	2015
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldo Inicial	127,11	383,58
Compras	2 291,68	14 782,05
Doações	4 161,37	5 442,44
Saldo Final	162,73	127,11
Gastos do Período	6 417,43	20 480,96

9 Rédito

Para os períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rubricas	31-12-2016	31-12-2015
Prestação de Serviços	220 705,71	198 129,90
Quotas do Utilizadores	200 503,89	184 383,28
Quotas e Joias	17 695,00	10 463,00
Serviços Sociais	2 506,82	3 283,62
Outros Rendimentos	8 795,34	29,40
Festas e Subscrições	1 108,00	0,00
Outros	7 687,34	29,40
Juros	0,00	53,04
Depósitos Bancários	0,00	53,04
Total	229 501,05	198 212,34

10 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	Natureza	2016			2015		
		Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
ISS, IP (Dotação)	Não Reembolsável			209 189,58			201 412,08
C. Municipal de Gaia							2 500,00
I.E.F.P	Não Reembolsável			1 763,66			8 829,67
J. Freguesia de Arcozelo	Não Reembolsável			100,00			0,00
POPH	Não Reembolsável		0,00	0,00			0,00
Total		0,00	0,00	211 053,24	0,00	0,00	212 741,75

11 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos é de 7 elementos. Durante o ano de 2016 houve alteração do sr. vice-presidente da direção.

O número médio de pessoas ao serviço da instituição durante o exercício de 2016 e 2015 foi de 26 e 23 respetivamente.

A Instituição contou ao seu serviço com um colaborador ao abrigo de programa estágio protocolado com o IEFP.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2016	2015
Remunerações ao pessoal	244 390,60	206 450,57
Encargos sobre as Remunerações	53 942,90	46 110,46
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	3 107,87	1 578,14
Outros Gastos com o Pessoal	748,15	1 697,58
IEFP (Estágio)	1 857,54	7 555,78
Total	304 047,06	263 392,53

12 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada dentro dos prazos legalmente estipulados.

13 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

13.1 Créditos a receber

Para os períodos de 2016 e 2015 a rubrica "Utentes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Clientes e Utentes c/c		
Utentes	13 412,12	8 390,81
Total	13 412,12	8 390,81

13.2 Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a seguinte decomposição:

Descrição	2016	2015
Outros ativos correntes		
Fornecedores (saldo devedor)	591,88	960,96
Outras receitas diferidas	209,05	0,00
Pessoal	0,00	1 143,17
IEFP	0,00	2 760,41
Outros devedores	400,00	130,00
Total	1 200,93	4 994,54

13.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Gastos a Reconhecer		
Seguro Acidentes Trabalho	0,00	21,06
Seguros Outros	1 228,05	1 829,74
Outros	595,53	0,00
Total	1 823,58	1 850,80
Rendimentos a Reconhecer		
Subsídios - M. V.N. Gaia	20 000,00	0,00
IEFP	0,00	1 763,66
Total	20 000,00	1 763,66

13.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Caixa	1 452,49	942,92
Depósitos à Ordem	69 037,61	56 005,35
Outros Depósitos Bancários	56 000,00	56 000,00
Total	126 490,10	112 948,27

13.5 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	118 629,53			118 629,53
Resultados Transitados	-36 728,66	9 643,57		-27 085,09
Outras Variações Fundos Patrimoniais	38 671,74			38 671,74
Total	120 572,61	9 643,57	0,00	130 216,18

13.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Fornecedores c/c		
Fornecedores	17 590,95	15 967,96
Total	17 590,95	15 967,96

13.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Activo		
IVA - A Recuperar	4 198,74	3 115,82
Total	4 198,74	3 115,82
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1 148,08	571,30
Segurança Social	5 344,29	4 214,74
Outras Tributaçãoes - Fundos	31,80	0,00
Total	6 524,17	4 786,04

13.8 Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2016		2015	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		405,95		
Fornecedores de investimentos				
Contas Gerais		12 476,76		0,00
Credores por Acréscimo de Gastos				
Remunerações a Liquidar		43 431,25		36 733,80
Outras Despesas Diferidas		3 070,88		1 081,77
Outros Credores		525,66		369,97
Total	0,00	59 910,50	0,00	38 185,54

13.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2016 e 2015, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2016	2015
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	211 053,24	212 741,75
Doações e heranças	7 708,05	8 068,24
Total	218 761,29	220 809,99

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 10.

O valor registado na rubrica “doações e heranças” engloba 5 149,75 euros de doações efetuadas pelo Banco Alimentar, bem como 2 212,50 euros de donativos monetários e 345,80 euros de outros donativos em espécie.

13.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 foi a seguinte:

Descrição	2016	2015
Subcontratos	66 281,90	38 202,29
Serviços especializados	18 274,98	19 816,97
Materiais	5 948,83	4 325,08
Energia e fluidos	20 877,57	21 621,21
Deslocações, estadas e transportes	71,71	19,49
Serviços diversos	29 782,76	30 500,37
Encargos com os Utentes	2 071,07	1 006,01
Total	143 308,82	115 491,42

13.11 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Rendimentos Suplementares	1 581,45	0,00
Descontos pronto pagamento	9,92	0,00
Outros Rendimentos e Ganhos	7 203,97	29,40
Juros	0,00	53,04
Total	8 795,34	82,44

13.12 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Impostos	150,00	129,50
Outros Gastos e Perdas	491,64	1 417,35
Total	641,64	1 546,85

13.13 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2016	2015
Juros e gastos similares suportados		
Juros Suportados	93,92	176,09
Total	93,92	176,09
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	53,04
Total	0,00	53,04
Resultados Financeiros	-93,92	-123,05

13.14 Financiamentos Obtidos

Durante exercício de 2016 ocorreram as seguintes variações na rubrica de financiamentos obtidos:

Descrição	31-12-2016		
	Corrente	Não Corrente	Total
Locação Financeira Viatura	591,67	0,00	591,67
Total	591,67	0,00	591,67

Descrição	2016		
	Saldo Inicial	Amortização	Saldo Final
Locação Financeira Viatura	3 262,65	2 670,98	591,67
Total	3262,65	2 670,98	591,67

A entidade teve encargos com juros, relacionados com os financiamentos obtidos, que ascenderam a 93,92 euros durante o ano de 2016.

13.15 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Ativo		
Quotas	5 132,00	2 536,00
Total	5 132,00	2 536,00

13.17 Outras

Além do edifício arrendado, onde está instalado a valência de Lar, a instituição desenvolve a sua atividade num edifício cedido pela Junta de Freguesia de Arcozelo.

13.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2016.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Porto, 31 de Dezembro de 2016

O Contabilista Certificado



A Direção

